

Aula 00

*SEFAZ-AM (Técnico de Arrecadação de
Tributos Estaduais) Passo Estratégico
Regime Jurídico*

Autor:
Flávia Bittencourt

05 de Janeiro de 2023

Índice

| | |
|--|---|
| 1) Apresentação do Curso | 3 |
| 2) O que é o Passo Estratégico | 4 |
| 3) Análise Estatística SEFAZ-AM - 00 | 5 |
| 4) Roteiro de Revisão SEFAZ-AM - Aula 00 | 6 |



APRESENTAÇÃO DO CURSO

Olá, seja muito bem-vindo ao nosso Passo Estratégico de Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais.

Meu nome é Flávia Bittencourt. Sou economista, formada pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e pós-graduada em Análise Financeira de Projetos. Trabalho como Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental na Prefeitura Municipal de Niterói, no Rio de Janeiro. Fui aprovada no concurso que inaugurou tal carreira na Secretaria de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão, em 2018. Atualmente estou cedida para a Secretaria de Fazenda do Município, atuando como Diretora do Departamento Financeiro.

Bons estudos!



O QUE É O PASSO ESTRATÉGICO?

O Passo Estratégico é um material escrito e enxuto que possui dois objetivos principais:

- a) orientar revisões eficientes;
- b) destacar os pontos mais importantes e prováveis de serem cobrados em prova.

Assim, o Passo Estratégico pode ser utilizado tanto para **turbinar as revisões dos alunos mais adiantados nas matérias, quanto para maximizar o resultado na reta final de estudos por parte dos alunos que não conseguirão estudar todo o conteúdo do curso regular.**

Em ambas as formas de utilização, como regra, **o aluno precisa utilizar o Passo Estratégico em conjunto com um curso regular completo.**

Isso porque nossa didática é direcionada ao aluno que já possui uma base do conteúdo.

Assim, se você vai utilizar o Passo Estratégico:

- a) **como método de revisão**, você precisará de seu curso completo para realizar as leituras indicadas no próprio Passo Estratégico, em complemento ao conteúdo entregue diretamente em nossos relatórios;
- b) **como material de reta final**, você precisará de seu curso completo para buscar maiores esclarecimentos sobre alguns pontos do conteúdo que, em nosso relatório, foram eventualmente expostos utilizando uma didática mais avançada que a sua capacidade de compreensão, em razão do seu nível de conhecimento do assunto.

Seu cantinho de estudos famoso!

Poste uma foto do seu cantinho de estudos e nos marque no Instagram:



@passoestrategico

Vamos repostar sua foto no nosso perfil para que ele fique famoso entre milhares de pessoas!

Bom, feitos os esclarecimentos, vamos descobrir os assuntos que possuem mais chances de cair na nossa prova?



ANÁLISE ESTATÍSTICA

Considerando os concursos que exigiram o conhecimento sobre o Estatuto Dos Funcionários Públicos Civis Do Estado Do Amazonas, constatamos a seguinte distribuição de cobrança entre os tópicos do nosso curso:

| ASSUNTO | GRAU DE INCIDÊNCIA EM CONCURSOS |
|---|---------------------------------|
| Título I - Disposições preliminares (art. 1º a 4º) | 0% |
| Título II - Do provimento e da vacância dos cargos (art. 5º a 55) | 14% |
| Título III - Do tempo de serviço (art. 56 a 61) | 0% |
| Título IV - Dos direitos e vantagens (art. 62 a 143) | 50% |
| Título V - Do regime disciplinar (art. 144 a 201) | 36% |
| Título VI - Disposições gerais e transitórias (art. 202 a 213) | 0% |

O que é mais cobrado dentro do assunto?

Dentre os tópicos desta aula, constatamos a seguinte distribuição de cobrança:

| Tópico | % |
|---------------------------------------|-----|
| Arts. 5º a 7º – Provimento e Nomeação | 57% |
| Art. 28 – Reversão | 29% |
| Demais artigos | 14% |



ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

O Estatuto Dos Funcionários Públicos Civis Do Estado Do Amazonas é uma legislação anterior à Constituição Federal de 1988, por isso, devemos ter cuidado. Alguns de seus artigos, apesar de não revogados podem ser inconstitucionais. Ainda assim, vamos analisar a letra da lei, caso a banca resolva cobrar a literalidade.

A seguir, traremos os trechos da Lei nº 1.762/1986 a serem estudados, seguidos de breves comentários sobre os pontos de atenção e posterior análise de questões.

TÍTULO I

CAPÍTULO ÚNICO

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre o regime jurídico dos funcionários Públicos Civis do Estado do Amazonas.

Parágrafo único - As disposições desta Lei, salvo norma legal expressa, não se aplicam nos servidores regidos por legislação especial.

Art. 2º - Para efeito desta Lei:

*I - Funcionário é a pessoa **legalmente** investida em cargo público;*

*II - Cargo é a designação do conjunto de **atribuições e responsabilidades** cometidas a um funcionário identificando-se pelas características de criação por lei, denominação própria, número certo e pagamento pelos cofres do Estado;*

*III - Classe é o **conjunto de cargos** de igual denominação e com atribuições, responsabilidades e padrões de vencimento;*

*IV - Série de Classes é o **conjunto de classes** da mesma denominação dispostas, hierarquicamente, de acordo com o grau de complexidade das atribuições, nível de responsabilidade, e constitui a linha natural de promoção do funcionário.*

*V - Lotação é o **número de cargos e funções gratificadas** fixado para cada repartição, ou ainda o número de servidores que devem ter exercício em cada unidade administrativa.*

*Art. 3º - Ao funcionário **não serão** atribuídas responsabilidades ou cometidos serviços alheios aos definidos em lei ou regulamento como típicos do seu cargo, exceto funções gratificadas, comissões ou mandatos em órgão de deliberação coletiva do Estado ou de que o Estado participe.*

*Art. 4º - É **vedada** a prestação de serviços **gratuitos**, salvo no desempenho de função transitória de natureza especial ou na participação em comissões ou grupos de trabalho.*



O Regime Jurídico dos funcionários públicos civis do Estado do Amazonas, elenca o rol de conceitos que serão abordados por ele. Vejamos.

- a) **Funcionário:** pessoa legalmente investida em cargo público;
- b) **Cargo:** designação de atribuições e responsabilidade cometidas a um funcionário pago pelos cofres do Estado;
- c) **Classe:** conjunto de cargos de igual denominação e com atribuições, responsabilidades e padrões de vencimento;
- d) **Série de Classes:** conjunto de classes da mesma denominação dispostas, hierarquicamente, de acordo com o grau de complexidade das atribuições, nível de responsabilidades e padrões de vencimento; e
- e) **Lotação:** número de cargos e funções gratificadas fixado para cada repartição, ou ainda, o número de servidores que devem ter exercício em cada unidade administrativa.

Cabe destacar que não poderão ser atribuídas responsabilidades ao funcionário não previstas em lei ou regulamento como típicos de seu cargo. As únicas exceções ocorrem nos casos de funções gratificadas, comissões ou mandatos em órgão de deliberação coletivo do Estado ou de que o Estado participe.

Por fim, é importante destacar que o Estatuto veda a prestação de serviços gratuitos, exceto no caso de desempenho de função transitória de natureza especial ou na participação em comissões ou grupos de trabalho.

Resumindo...

| Conceitos Básicos | |
|--------------------------|---|
| Funcionário | Pessoa legalmente investida em cargo público. |
| Cargo | Designação de atribuições e responsabilidade cometidas a um funcionário pago pelos cofres do Estado. |
| Classe | Conjunto de cargos de igual denominação e com atribuições, responsabilidades e padrões de vencimento. |
| Série de Classes | Conjunto de classes da mesma denominação dispostas, hierarquicamente, de acordo com o grau de complexidade das atribuições, nível de responsabilidades e padrões de vencimento. |
| Lotação | Número de cargos e funções gratificadas fixado para cada repartição, ou ainda, o número de servidores que devem ter exercício em cada unidade administrativa. |

Vamos fazer algumas questões sobre o tema!



1. "Pessoa legalmente investida em cargo público."

Esta é a definição de:

- a) colaborador público.
- b) funcionário.
- c) agente público.
- d) particular em colaboração com a Administração.
- e) terceirizado.

Comentário:

Alternativa B. De acordo com o artigo 2º, I da Lei nº 1.762/1986, a definição mencionada na questão diz respeito ao conceito de funcionário.

Art. 2º - Para efeito desta Lei:

I - Funcionário é a pessoa legalmente investida em cargo público;

2. Dentre os conceitos mencionados abaixo, assinale o que escreve a definição de série de classes previstas no Regime Jurídico do Estado do Amazonas:

- a) conjunto de cargos de igual denominação e com atribuições, responsabilidades e padrões de vencimento.
- b) número de cargos e funções gratificadas fixado para cada repartição, ou ainda o número de servidores que devem ter exercício em cada unidade administrativa.
- c) designação do conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um funcionário identificando-se pelas características de criação por lei, denominação própria, número certo e pagamento pelos cofres do Estado.
- d) conjunto de classes da mesma denominação dispostas, hierarquicamente, de acordo com o grau de complexidade das atribuições, nível de responsabilidade, e constitui a linha natural de promoção do funcionário.
- e) pessoa legalmente investida em cargo público.



Comentário:

Alternativa D. O artigo 2º da legislação mencionada prevê o rol de conceitos que serão abordados por ela. De acordo com ele, é possível concluir que a série de classes está relacionada ao conjunto de classes da mesma denominação dispostas, hierarquicamente, de acordo com o grau de complexidade das atribuições, nível de responsabilidade, e constitui a linha natural de promoção do funcionário.

3. Complete as colunas a seguir.

3.1. ____ (a) ____ é o número de cargos e funções gratificadas fixado para cada repartição, ou ainda o número de servidores que devem ter exercício em cada unidade administrativa.

Comentário:

De acordo o artigo 2º, V, a definição apresentada está relacionada ao conceito de **lotação**.

4. No que diz respeito às disposições preliminares é correto afirmar, exceto:

a) Classe é o conjunto de cargos de igual denominação e com atribuições, responsabilidades e padrões de vencimento.

b) Ao funcionário não serão atribuídas responsabilidades ou cometidos serviços alheios aos definidos em lei ou regulamento como típicos do seu cargo, exceto funções gratificadas, comissões ou mandatos em órgão de deliberação coletiva do Estado ou de que o Estado participe.

c) Cargo é a designação do conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um funcionário identificando-se pelas características de criação por lei, denominação própria, número certo e pagamento pelos cofres do Estado.

d) Série de Classes é o conjunto de classes da mesma denominação dispostas, hierarquicamente, de acordo com o grau de complexidade das atribuições, nível de responsabilidade, e constitui a linha natural de promoção do funcionário.

e) É assegurada a prestação de serviços gratuitos, inclusive no desempenho de função transitória de natureza especial ou na participação em comissões ou grupos de trabalho.

Comentário:

Alternativa E.



- a) Certo. Definição prevista no artigo 2º, III.
- b) Certo. O artigo 3º determina exatamente isso.
- c) Certo. Previsão do artigo 2º, II.
- d) Certo. Literalidade do artigo 2º, IV.
- e) Errado. De acordo com o artigo 4º, a regra prevista na legislação é a vedação à prestação de serviços gratuitos, entretanto, são excetuados os casos de desempenho de função transitória de natureza especial ou a participação em comissões ou grupos de trabalho.

TÍTULO II

DO PROVIMENTO E DA VACÂNCIA DOS CARGOS PÚBLICOS

CAPÍTULO I

DO PROVIMENTO

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

*Art. 5º - São formas de **provimento** dos cargos públicos:*

I - Nomeação;

II - Promoção;

III - Acesso;

IV - Readmissão;

V - Reintegração;

VI - Reversão;

VII - Transferência; e

IX - Readaptação.

Art. 6º - Lei ou regulamento estabelecerá as qualificações para o provimento e as atribuições dos cargos públicos em geral.

SEÇÃO II

DA NOMEAÇÃO

Art. 7º - A nomeação será feita:



*I - Em caráter **efetivo**;*

*II - Em **comissão**, quando se tratar de cargo que, por lei, assim deva ser provido;*

III- Revogado pela LC nº 63/2008

*Art. 8º - A nomeação em caráter efetivo dependerá, sempre, de prévia habilitação em **concurso público** de provas ou de provas e títulos, devendo obedecer, obrigatoriamente, à ordem de classificação dos concursados para cada cargo, observados ainda o prazo de validade do concurso e o número de vagas existentes.*

*Art. 9º - Ressalvados os casos previstos em lei, é exigida a **idade mínima de dezoito e a máxima de sessenta anos completos**, na data do encerramento da inscrição em concurso público.*

Parágrafo único - Não dependerá de limite de idade a inscrição em concurso do ocupante de cargo público estadual de provimento efetivo.

Art. 10 - Dentre os candidatos aprovados, os classificados até o limite de vagas, existentes à época do edital, têm assegurado o direito a nomeação, no prazo de validade do concurso.

Parágrafo único - Os demais candidatos aprovados serão nomeados à medida que ocorrerem vagas, dentro do prazo de validade do concurso.

*Art. 11 - O regulamento ou edital do concurso indicará o respectivo prazo de validade, que não poderá ser **superiores há quatro anos**, incluídas as prorrogações.*

*Art. 12 - O **cargo em comissão** será sempre de **livre escolha** do Governador, dos Presidentes dos Poderes Legislativo ou Judiciário e dos Tribunais e dos Tribunais de Contas.*

SEÇÃO III

DA PROMOÇÃO

*Art. 13 - Promoção é a forma pela qual o funcionário **progride na série de classes**, e consiste na passagem da referência em que se encontra para a imediatamente superior, observadas as normas constantes de Regulamento próprio.*

*Art. 14 - A promoção pode ocorrer mediante **avanço horizontal e vertical**.*

*Art. 15 - A promoção **vertical** consiste na passagem de **referência final de uma classe para a inicial da classe imediatamente superior**, dentro da mesma série de classes, e dependerá da existência da vaga.*

*Art. 17 - As promoções obedecerão aos critérios de **antiguidade e de merecimento**, alternadamente, sendo a primeira sempre por antiguidade.*

*Art. 18 - A promoção por antiguidade recairá no funcionário com **mais tempo de efetivo exercício** na referência, apurado em dias.*

*Parágrafo único - Havendo empate, terá **preferência sucessivamente**, o funcionário:*

I - de maior tempo na classe;



II - de maior tempo na série de classe;

III - de maior tempo no serviço público estadual;

IV - de maior tempo no serviço público;

V - mais idoso.

*Art. 19 - O merecimento obedecerá a critérios pelos quais serão aferidos os graus de **pontualidade, assiduidade, eficiência, espírito de colaboração ético-profissional e cumprimento dos deveres** por parte do funcionário.*

*Art. 20 - O interstício para a **promoção horizontal** será de **dezoito meses**.*

*Art. 21 - Para efeito de promoção **vertical**, o interstício, na classe, será de **vinte e quatro meses**.*

Art. 22 - Somente por antiguidade será promovido o funcionário em exercício de mandato legislativo.

Mais uma vez vale lembrar:

Esta é uma legislação antiga, então alguns de seus artigos estão em desacordo com a Constituição Federal. Ainda assim, analisaremos sua literalidade para estarmos preparados caso a banca resolva cobrar dessa forma ok?

O Regime Jurídico determina que as formas de provimento serão as seguintes:

- a)** nomeação;
- b)** promoção;
- c)** acesso;
- d)** readmissão;
- e)** reintegração;
- f)** reversão;
- g)** transferência; e
- h)** readaptação.

A seguir, analisaremos cada uma delas.

De acordo com a legislação, a nomeação poderá ser em caráter efetivo, mediante prévia habilitação em concurso público; ou em comissão, quando se tratar de cargo que, por lei, assim deva ser provido. Vale lembrar que o cargo em comissão é sempre de livre escolha do Governador, dos Presidentes dos Poderes Legislativo ou Judiciário e dos Tribunais e dos Tribunais de Contas.



O Regime Jurídico determina que, ressalvados os casos previstos em lei, a idade mínima para o concurso público é de 18 anos e a máxima 60 anos completos. Ele prevê ainda o prazo de validade do concurso que, não poderá ser superior a 4 anos, incluídas as possíveis prorrogações.

Agora analisaremos a promoção. De acordo com a legislação, está a forma pela qual o funcionário progride na série de classes, ou seja, é a passagem da referência em que se encontra para a imediatamente superior. Ela poderá ser horizontal ou vertical e observará os critérios de antiguidade e merecimento, alternadamente, sempre começando pela antiguidade.

Caso haja empate na promoção por antiguidade, a seguinte ordem sucessiva de atributos deverá ser seguida:

- a) maior tempo na classe;
- b) maior tempo na série de classe;
- c) maior tempo no serviço público estadual;
- d) maior tempo no serviço público; e
- e) mais idoso.

No que diz respeito à promoção por merecimento, serão analisados os seguintes critérios:

- a) pontualidade;
- b) assiduidade;
- c) eficiência;
- d) espírito de colaboração ético-profissional; e
- e) cumprimento dos deveres por parte do funcionário.

Por fim, vale destacar que os interstícios previstos para as promoções. Caso seja horizontal, será de **18 meses**, no caso de promoção vertical o período será de **24 meses**.

Resumindo...

| Formas de provimento |
|----------------------|
| • Nomeação; |
| • Promoção; |
| • Acesso; |
| • Readmissão; |



| |
|--------------------|
| • Reintegração; |
| • Reversão; |
| • Transferência; e |
| • Readaptação. |

De volta às questões!

5. São formas de provimento, exceto:

- a) promoção.
- b) reversão.
- c) recondução.
- d) nomeação.
- e) aposentadoria.

Comentário:

Alternativa E. O Regime Jurídico do Amazonas, em seu artigo 5º, prevê o rol de formas de provimento de cargo público. Como vimos, dentre elas, apenas a aposentadoria não está prevista. No artigo 54 veremos que esta é uma forma de vacância de cargo.

6. Assinale a alternativa correspondente a todas as formas de provimento a cargos públicos.

- a) Nomeação; Acesso; Readaptação; Promoção; Readmissão; Reintegração; Reversão e Transferência.
- b) Nomeação; Indicação; Readaptação; Promoção; Readmissão; Reintegração; Reversão e Transferência.
- c) Nomeação; Acesso; Readaptação; Promoção; Indicação; Reintegração; Reversão e Transferência.
- d) Nomeação; Acesso; Readaptação; Promoção; Readmissão; Reintegração; Reversão e Realocação.



e) Nomeação; Indicação; Readaptação; Promoção; Readmissão; Reintegração; Reversão e Realocação.

Comentário:

Alternativa A. Como vimos, o artigo 5º determina todas as formas de provimento de cargos públicos. Vejam a seguir.

Art. 5º - São formas de provimento dos cargos públicos:

I - Nomeação;

II - Promoção;

III - Acesso;

IV - Readmissão;

V - Reintegração;

VI - Reversão;

VII - Transferência; e

IX - Readaptação.

7. (FGV/2014/SEDUC-AM/Assistente Técnico - Adaptada) Sobre a nomeação de funcionários públicos civis do Estado do Amazonas, analise as afirmativas a seguir.

I. Será feita em caráter efetivo, mediante aprovação em concurso público.

II. Será feita em comissão, quando se tratar de cargo que, por lei, assim deva ser provido.

Assinale:

a) se apenas a afirmativa I estiver correta.

b) se apenas a afirmativa II estiver correta.

c) se todas as afirmativas estiverem corretas.

Comentário:



Alternativa C. O artigo 7º determina exatamente isso. Entretanto, cabe destacar que questão original trazia a previsão do inciso III do artigo, o qual foi revogado pela Lei Complementar nº 63/2008. Por esse motivo, suprimimos as demais alternativas.

8. A Lei nº 1.762/86 - Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Amazonas - tem um capítulo dedicado a nomeação. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O regulamento ou edital do concurso indicará o respectivo prazo de validade
- b) O prazo de validade dos editais e concursos não poderá ser maior que quatro anos, não incluídas as prorrogações.
- c) É exigida a idade mínima de dezoito e a máxima de sessenta anos completos, na data do encerramento da inscrição em concurso público.
- d) Não dependerá de limite de idade a inscrição em concurso do ocupante de cargo público estadual de provimento efetivo.
- e) A nomeação será feita em comissão quando se tratar de cargo que, por lei, assim deva ser provido.

Comentários:

Alternativa B.

- a) Certo. Previsão do artigo 11.
- b) Errado. De fato, o artigo 11 determina que os editais não poderão ter prazo superior a 4 anos, entretanto, as possíveis prorrogações deverão estar incluídas nesse período.
- c) Certo. Determinação do artigo 9º.
- d) Certo. O parágrafo único do artigo 9º determina exatamente isso.
- e) Certo. Conforme já vimos, previsão do artigo 7º, II.

9. Julgue a assertiva a seguir em certo ou errado.

A nomeação em caráter efetivo não dependerá de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

Comentário.



Errado. Como vimos, artigo 8º determina que a nomeação em caráter efetivo sempre dependerá de prévia habilitação em concurso público.

10. Complete a sentença a seguir.

10.1 O regulamento ou edital do concurso indicará _____(a)_____, que não poderá ser superior há _____(b)_____ anos, incluídas as _____(c)_____.

Comentários:

De acordo com o que vimos no artigo 11.

| | | |
|-----------------------|------------|-------------------|
| (a) prazo de validade | (b) 4 anos | (c) prorrogações. |
|-----------------------|------------|-------------------|

11. Complete as lacunas da sentença abaixo.

11.1 O _____(a)_____ obedecerá a critérios pelos quais serão aferidos os graus de _____(b)_____, assiduidade, _____(c)_____, _____(d)_____ ético-profissional e cumprimento dos deveres por parte do funcionário.

Comentário:

De acordo com o artigo 19 do Regime Jurídico do Estado do Amazonas,

| | | | |
|-----------------|------------------|----------------|-----------------------------|
| (a) merecimento | (b) pontualidade | (c) eficiência | (d) espírito de colaboração |
|-----------------|------------------|----------------|-----------------------------|

12. De acordo com as normas estabelecidas a respeito das disposições de promoção, assinale a alternativa correta.

- a) O merecimento obedecerá aos critérios de pontualidade, afinidade e eficiência, por parte do funcionário.
- b) O interstício para a promoção horizontal será de dez meses.
- c) A promoção por antiguidade recairá sempre no funcionário mais idoso.
- d) O funcionário em exercício de mandato legislativo só poderá ser promovido por antiguidade.



e) A promoção poderá ocorrer apenas mediante a algum avanço vertical.

Comentários:

Alternativa D.

a) Errado. O artigo 19 determina que os critérios analisados para o merecimento são: pontualidade, assiduidade, eficiência, espírito de colaboração ético-profissional e cumprimento dos deveres por parte do funcionário.

b) Errado. O artigo 20 determina o prazo de 18 meses.

c) Errado. De acordo com o artigo 18, a promoção por antiguidade recairá no funcionário com mais tempo de efetivo exercício na referência. Após, são elencados os critérios de desempate.

d) Certo. Previsão do artigo 22.

e) Errado. O artigo 14 disciplina que a promoção poderá ocorrer mediante avanço horizontal ou vertical.

13. Em ordem de prioridade, assinale a alternativa que corresponde aos critérios de desempate da promoção por antiguidade.

a) de maior tempo na classe; de maior tempo na série de classe; de maior tempo no serviço público estadual; mais idoso; de maior tempo no serviço público.

b) de maior tempo no serviço público; de maior tempo na série de classe; de maior tempo no serviço público estadual; mais idoso; de maior tempo na classe.

c) mais idoso; de maior tempo na classe; de maior tempo na série de classe; de maior tempo no serviço público estadual; de maior tempo no serviço público.

d) mais idoso; de maior tempo no serviço público; de maior tempo na classe; de maior tempo na série de classe; de maior tempo no serviço público estadual.

e) de maior tempo na classe; de maior tempo na série de classe; de maior tempo no serviço público estadual; de maior tempo no serviço público; mais idoso.

Comentários:

Alternativa E. De acordo com o parágrafo único artigo 18, havendo empate na apuração da promoção por antiguidade do funcionário com mais tempo de efetivo exercício na referência, o desempate seguirá a sucessivamente:



- a. O maior tempo na classe;
- b. O maior tempo na série de classe;
- c. O maior tempo no serviço público estadual;
- d. O maior tempo no serviço público;
- e. O mais idoso.

SEÇÃO IV

DO ACESSO

Art. 23 - O acesso é o ato pelo qual o funcionário obtém, mediante **processo seletivo, elevação** de uma série de classes ou classe singular para outra do mesmo ou de outro grupo, na jurisdição do mesmo ou de outro órgão integrante da Administração Direta.

§ 1º - Quando se tratar de série de classes, o acesso só poderá ocorrer para a classe inicial de carreira.

§ 2º - O acesso procederá ao concurso público.

Art. 24 - O processo seletivo exigirá **concurso interno**, de caráter competitivo e eliminatório no qual serão indispensáveis níveis de conhecimento compatível com atividade própria do cargo a ser provido, formalidades e condições idênticas às estabelecidas para o concurso público, exceto limite de idade.

Parágrafo único - Somente poderá inscrever-se, no concurso interno, funcionário com **mais de três anos** de serviço público estadual, sob regime deste Estatuto, e com habilitação profissional ou escolaridade exigida para o ingresso na classe em concorrência.

SEÇÃO V

DA READMISSÃO

Art. 25 - Readmissão é o ato pelo qual o **funcionário exonerado reingressa** no serviço público, **sem** direito a ressarcimento de qualquer espécie e sempre por conveniência da administração.

Parágrafo único - A readmissão dependerá da **existência de vaga** e far-se-á no cargo anteriormente ocupado pelo funcionário exonerado ou, se transformado, no cargo resultante da transformação.

SEÇÃO

DA REINTEGRAÇÃO

Art. 26 - Reintegração é o ato pelo qual o demitido **reingressa** no serviço público, em decorrência de **decisão administrativa ou judicial transitada em julgado**, com o ressarcimento de todos os direitos e vantagens, bem como dos prejuízos resultantes da demissão.



Art. 27 - Deferido o pedido por decisão administrativa ou transitada em julgado a sentença, será expedido o ato de reintegração.

§ 1º - Se o cargo houver sido transformado, a reintegração dar-se-á no cargo resultante da transformação.

§ 2º - Se extinto o cargo antes ocupado, a reintegração ocorrerá no cargo de vencimento equivalente, respeitada a habilitação profissional.

§ 3º - Se inviáveis as soluções nos parágrafos precedentes, será restabelecido automaticamente o cargo anterior, no qual se dará a reintegração.

SEÇÃO VII

DA REVERSÃO

*Art. 28 - Reversão é o ato pelo qual o **aposentado** reingressa no serviço público, a pedido ou "ex-offício".*

§ 1º - A reversão "ex-offício" ocorrerá quando insubsistentes as razões que determinaram a aposentadoria por invalidez.

§ 2º - A reversão somente poderá se efetivar quando, em inspeção médica ficar comprovada a capacidade para o exercício do cargo.

§ 3º - Será tornada sem efeito a reversão "ex-offício" e cassada a aposentadoria do funcionário que não tomar posse ou não entrar no exercício dentro de prazo legal.

Art. 29 - A reversão far-se-á no mesmo cargo ou em cargo resultante da transformação.

Parágrafo único - Em casos especiais, a juízo da Administração, poderá o aposentado reverter em outro cargo de igual vencimento, respeitados os requisitos para o respectivo provimento.

Nessa parte da legislação é importante nos atentarmos para as diferenças relacionadas ao acesso, readmissão, reintegração e reversão. A seguir, observem o quadro com o resumo das principais características de cada um deles.

Resumindo...

| Acesso | Readmissão | Reintegração | Reversão |
|--|--|--|--|
| Elevação de uma série de classes ou classe singular para outra do mesmo grupo, mediante processo seletivo. | Funcionário exonerado reingresso no serviço. | Ato pelo qual o demitido reingressa no serviço em decorrência de decisão administrativa ou judicial transitada em julgado. | Reingresso do aposentado ao serviço público, a pedido ou "ex-offício". |



| | | | |
|---|--|---|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Concurso interno; • Carácter competitivo e eliminatório; • conhecimentos compatíveis. | <ul style="list-style-type: none"> • Sem direito a ressarcimento; e • por conveniência da Administração. | <ul style="list-style-type: none"> • Com ressarcimento de todos os direitos e vantagens. | <ul style="list-style-type: none"> • Ocorrerá quando insubsistentes as razões que determinaram a aposentadoria por invalidez. |
| Apenas para funcionários com mais de três anos de serviço público estadual. | Dependerá da existência de vaga e ocorrerá no mesmo cargo ou na sua transformação. | Não dependerá da existência de vaga. | Será sempre precedida de inspeção médica para comprovar a capacidade do funcionário para exercício do cargo. |

De volta às questões!

14. Complete as lacunas a seguir.

14.1 O ____ (a) ____ é o ato pelo qual o funcionário obtém, mediante processo seletivo, elevação de uma série de classes ou ____ (b) ____ para outra do mesmo ou de outro grupo, na jurisdição do mesmo ou de outro órgão integrante da Administração ____ (c) ____.

Comentário:

A Lei nº 1.762/1986, em seu artigo 23, disciplina sobre a forma de provimento conhecida como acesso. Vejam a seguir as palavras que completam a assertiva.

| | | |
|------------|---------------------|------------|
| (a) acesso | (b) classe singular | (c) Direta |
|------------|---------------------|------------|

15. Julgue a assertiva a seguir em certo ou errado

Quando se tratar de série de classes, o acesso só poderá ocorrer para a classe inicial de carreira.

Comentário:



Questão correta. O artigo 23, § 1º disciplina exatamente isso. De acordo com ele, em se tratando de série de classes, o acesso somente ocorrerá para a classe inicial da carreira.

16. Qual o conceito atribuído ao acesso?

Comentários:

De acordo com o artigo 23, o acesso é o ato pelo qual o funcionário obtém, mediante processo seletivo, elevação de uma série de classes ou classe singular para outra do mesmo ou de outro grupo, na jurisdição do mesmo ou de outro órgão integrante da Administração Direta.

17. A respeito das disposições legais acerca da forma de provimento “acesso”, assinale a alternativa correta.

- a) Quando se tratar de série de classes, o acesso não poderá ocorrer para a classe inicial de carreira.
- b) O processo seletivo será feito em formato de análise curricular.
- c) Somente poderá inscrever-se, no concurso interno, funcionário com mais de dois anos de serviço público estadual.
- d) O acesso é o ato pelo qual o funcionário obtém, mediante processo seletivo, elevação de uma série de classes.
- e) O processo seletivo englobará quesitos como: níveis de conhecimento compatível com atividade própria do cargo a ser provido, limite de idade e formalidades e condições idênticas às estabelecidas para o concurso público.

Comentários:

Alternativa D.

- a) Errado. Determinação oposta ao previsto no artigo 23, § 1º.
- b) Errado. O artigo 24 determina que o processo seletivo exigirá concurso interno.
- c) Errado. De acordo com o parágrafo único do artigo 24, somente poderá inscrever-se, no concurso interno, funcionário com mais de três anos de serviço público estadual, sob regime deste Estatuto, e com habilitação profissional ou escolaridade exigida para o ingresso na classe em concorrência.
- d) Certo. Previsão do artigo 23, *caput*.



e) Errado. O artigo 24 disciplina que no concurso interno serão indispensáveis níveis de conhecimento compatível com atividade própria do cargo a ser provido, formalidades e condições idênticas às estabelecidas para o concurso público, exceto limite de idade.

18. De acordo com as formas de provimento e suas definições, assinale a alternativa correta.

a) Readmissão é o ato pelo qual o funcionário exonerado reingressa no serviço público, sem direito a ressarcimento de qualquer espécie e sempre por conveniência da administração.

b) Readaptação é o ato pelo qual o funcionário exonerado reingressa no serviço público, sem direito a ressarcimento de qualquer espécie e sempre por conveniência da administração.

c) Reintegração é o ato pelo qual o funcionário exonerado reingressa no serviço público, sem direito a ressarcimento de qualquer espécie e sempre por conveniência da administração.

d) Reversão é o ato pelo qual o funcionário exonerado reingressa no serviço público, sem direito a ressarcimento de qualquer espécie e sempre por conveniência da administração.

e) Acesso é o ato pelo qual o funcionário exonerado reingressa no serviço público, sem direito a ressarcimento de qualquer espécie e sempre por conveniência da administração.

Comentários:

Alternativa A.

a) Certo. Previsão do artigo 25.

b) Errado. De acordo com o artigo 37, readaptação é a investidura em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha o funcionário sofrido em suas capacidades físico ou mental, apurado por junta médica oficial.

c) Errado. O artigo 26 determina que reintegração é o ato pelo qual o demitido reingressa no serviço público, em decorrência de decisão administrativa ou judicial transitada em julgado, com o ressarcimento de todos os direitos e vantagens, bem como dos prejuízos resultantes da demissão.

d) Errado. Segundo o artigo 28, reversão é o ato pelo qual o aposentado reingressa no serviço público, a pedido ou “ex-offício”.

e) Errado. Conforme vimos, o artigo 23 disciplina que o acesso é o ato pelo qual o funcionário obtém, mediante processo seletivo, elevação de uma série de classes ou classe singular para outra do mesmo ou de outro grupo, na jurisdição do mesmo ou de outro órgão integrante da Administração Direta.

19. Complete as lacunas da sentença a seguir.



19.1 A readmissão dependerá da existência de vaga e far-se-á _____(a)_____ pelo funcionário _____(b)_____, se transformado, no cargo resultante da transformação.

Comentário:

De acordo com o parágrafo único artigo 25, a readmissão está condicionada à existência de vaga. Observem as palavras que completam a frase.

| | |
|------------------------------------|---------------|
| (a) no cargo anteriormente ocupado | (b) exonerado |
|------------------------------------|---------------|

20. Explique o conceito relacionado à readmissão.

Comentário:

De acordo com o artigo 25, readmissão é o ato pelo qual o funcionário exonerado reingressa no serviço público, sem direito a ressarcimento de qualquer espécie e sempre por conveniência da administração. Sendo importante destacar que ela dependerá da existência de vaga e ocorrerá no cargo anteriormente ocupado pelo funcionário exonerado ou, se transformado, no cargo resultante da transformação.

21. Julgue a assertiva a seguir em certo ou errado.

Readaptação é o ato pelo qual o demitido reingressa no serviço público, em decorrência de decisão administrativa ou judicial transitada em julgado, com o ressarcimento de todos os direitos e vantagens, bem como dos prejuízos resultantes da demissão.

Comentário:

Questão errada. Na próxima aula estudaremos em detalhes o conceito atribuído à readaptação, entretanto, com o que vimos, podemos identificar que este é o conceito relacionado à reintegração do funcionário (artigo 26).

22. Analise as sentenças a seguir e assinale a alternativa correta.

I- Deferido o pedido por decisão administrativa ou transitada em julgado a sentença, será expedido o ato de reintegração.



II- Se o cargo houver sido transformado, a reintegração dar-se-á no cargo resultante da transformação.

III- Se extinto o cargo antes ocupado, a reintegração ocorrerá no cargo imediatamente acima, respeitada a habilitação profissional.

- a) Apenas a sentença I está correta.
- b) Apenas a sentença II está correta.
- c) Apenas a sentença III está correta.
- d) As sentenças I e II estão corretas.
- e) As sentenças I e III estão corretas.

Comentários:

Alternativa D.

I. Certo. Artigo 27, *caput*.

II. Certo. Previsão do artigo 27, § 1º.

III. Errado. De acordo com o artigo 27, § 2º, caso o cargo anteriormente ocupado tenha sido extinto, a reintegração ocorrerá no cargo de vencimento equivalente, respeitada a habilitação profissional.

23. Aponte em qual sentença abaixo está errada e justifique.

- a) Reversão é o ato pelo qual o aposentado reingressa no serviço público, a pedido ou “ex-offício”.
- b) A reversão a pedido ocorrerá quando insubsistentes as razões que determinaram a aposentadoria por invalidez.
- c) A reversão somente poderá se efetivar quando, em inspeção médica ficar comprovada a capacidade para o exercício do cargo.
- d) Será tornada sem efeito a reversão “ex-offício” e cassada a aposentadoria do funcionário que não tomar posse ou não entrar no exercício dentro de prazo legal.

Comentários:

Alternativa B.

- a) Certo. Previsão do artigo 28.



- b) Errado. De acordo com o artigo 28, § 1º, quando forem insubsistentes as razões para a aposentadoria por invalidez, a reversão ocorrerá "ex-officio".
- c) Certo. Determinação do artigo 28, § 2º.
- d) Certo. De fato, o artigo 28, § 3º disciplina dessa forma.



LISTA DE QUESTÕES ESTRATÉGICAS

1. "Pessoa legalmente investida em cargo público."

Esta é a definição de:

- a) colaborador público.
- b) funcionário.
- c) agente público.
- d) particular em colaboração com a Administração.
- e) terceirizado.

2. Dentre os conceitos mencionados abaixo, assinale o que escreve a definição de série de classes previstas no Regime Jurídico do Estado do Amazonas:

- a) conjunto de cargos de igual denominação e com atribuições, responsabilidades e padrões de vencimento.
- b) número de cargos e funções gratificadas fixado para cada repartição, ou ainda o número de servidores que devem ter exercício em cada unidade administrativa.
- c) designação do conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um funcionário identificando-se pelas características de criação por lei, denominação própria, número certo e pagamento pelos cofres do Estado.
- d) conjunto de classes da mesma denominação dispostas, hierarquicamente, de acordo com o grau de complexidade das atribuições, nível de responsabilidade, e constitui a linha natural de promoção do funcionário.
- e) pessoa legalmente investida em cargo público.

3. Complete as colunas a seguir.



3.1. ____ (a) ____ é o número de cargos e funções gratificadas fixado para cada repartição, ou ainda o número de servidores que devem ter exercício em cada unidade administrativa.

4. No que diz respeito às disposições preliminares é correto afirmar, exceto:

a) Classe é o conjunto de cargos de igual denominação e com atribuições, responsabilidades e padrões de vencimento.

b) Ao funcionário não serão atribuídas responsabilidades ou cometidos serviços alheios aos definidos em lei ou regulamento como típicos do seu cargo, exceto funções gratificadas, comissões ou mandatos em órgão de deliberação coletiva do Estado ou de que o Estado participe.

c) Cargo é a designação do conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas a um funcionário identificando-se pelas características de criação por lei, denominação própria, número certo e pagamento pelos cofres do Estado.

d) Série de Classes é o conjunto de classes da mesma denominação dispostas, hierarquicamente, de acordo com o grau de complexidade das atribuições, nível de responsabilidade, e constitui a linha natural de promoção do funcionário.

e) É assegurada a prestação de serviços gratuitos, inclusive no desempenho de função transitória de natureza especial ou na participação em comissões ou grupos de trabalho.

5. São formas de provimento, exceto:

a) promoção.

b) reversão.

c) recondução.

d) nomeação.

e) aposentadoria.

6. Assinale a alternativa correspondente a todas as formas de provimento a cargos públicos.



- a) Nomeação; Acesso; Readaptação; Promoção; Readmissão; Reintegração; Reversão e Transferência.
- b) Nomeação; Indicação; Readaptação; Promoção; Readmissão; Reintegração; Reversão e Transferência.
- c) Nomeação; Acesso; Readaptação; Promoção; Indicação; Reintegração; Reversão e Transferência.
- d) Nomeação; Acesso; Readaptação; Promoção; Readmissão; Reintegração; Reversão e Realocação.
- e) Nomeação; Indicação; Readaptação; Promoção; Readmissão; Reintegração; Reversão e Realocação.

7. (FGV/2014/SEDUC-AM/Assistente Técnico - Adaptada) Sobre a nomeação de funcionários públicos civis do Estado do Amazonas, analise as afirmativas a seguir.

- I. Será feita em caráter efetivo, mediante aprovação em concurso público.
- II. Será feita em comissão, quando se tratar de cargo que, por lei, assim deva ser provido.

Assinale:

- a) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- b) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- c) se todas as afirmativas estiverem corretas.

8. A Lei nº 1.762/86 - Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Amazonas - tem um capítulo dedicado a nomeação. Assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O regulamento ou edital do concurso indicará o respectivo prazo de validade
- b) O prazo de validade dos editais e concursos não poderá ser maior que quatro anos, não incluídas as prorrogações.
- c) É exigida a idade mínima de dezoito e a máxima de sessenta anos completos, na data do encerramento da inscrição em concurso público.
- d) Não dependerá de limite de idade a inscrição em concurso do ocupante de cargo público estadual de provimento efetivo.
- e) A nomeação será feita em comissão quando se tratar de cargo que, por lei, assim deva ser provido.



9. Julgue a assertiva a seguir em certo ou errado.

A nomeação em caráter efetivo não dependerá de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos.

10. Complete a sentença a seguir.

10.1 O regulamento ou edital do concurso indicará _____(a)_____, que não poderá ser superior há _____(b)_____ anos, incluídas as _____(c)_____.

11. Complete as lacunas da sentença abaixo.

11.1 O _____(a)_____ obedecerá a critérios pelos quais serão aferidos os graus de _____(b)_____, assiduidade, _____(c)_____, _____(d)_____ ético-profissional e cumprimento dos deveres por parte do funcionário.

12. De acordo com as normas estabelecidas a respeito das disposições de promoção, assinale a alternativa correta.

- a) O merecimento obedecerá aos critérios de pontualidade, afinidade e eficiência, por parte do funcionário.
- b) O interstício para a promoção horizontal será de dez meses.
- c) A promoção por antiguidade recairá sempre no funcionário mais idoso.
- d) O funcionário em exercício de mandato legislativo só poderá ser promovido por antiguidade.
- e) A promoção poderá ocorrer apenas mediante a algum avanço vertical.

13. Em ordem de prioridade, assinale a alternativa que corresponde aos critérios de desempate da promoção por antiguidade.

- a) de maior tempo na classe; de maior tempo na série de classe; de maior tempo no serviço público estadual; mais idoso; de maior tempo no serviço público.



b) de maior tempo no serviço público; de maior tempo na série de classe; de maior tempo no serviço público estadual; mais idoso; de maior tempo na classe.

c) mais idoso; de maior tempo na classe; de maior tempo na série de classe; de maior tempo no serviço público estadual; de maior tempo no serviço público.

d) mais idoso; de maior tempo no serviço público; de maior tempo na classe; de maior tempo na série de classe; de maior tempo no serviço público estadual.

e) de maior tempo na classe; de maior tempo na série de classe; de maior tempo no serviço público estadual; de maior tempo no serviço público; mais idoso.

14. Complete as lacunas a seguir.

14.1 O ____ (a) ____ é o ato pelo qual o funcionário obtém, mediante processo seletivo, elevação de uma série de classes ou ____ (b) ____ para outra do mesmo ou de outro grupo, na jurisdição do mesmo ou de outro órgão integrante da Administração ____ (c) ____.

15. Julgue a assertiva a seguir em certo ou errado

Quando se tratar de série de classes, o acesso só poderá ocorrer para a classe inicial de carreira.

16. Qual o conceito atribuído ao acesso?

17. A respeito das disposições legais acerca da forma de provimento “acesso”, assinale a alternativa correta.

a) Quando se tratar de série de classes, o acesso não poderá ocorrer para a classe inicial de carreira.

b) O processo seletivo será feito em formato de análise curricular.

c) Somente poderá inscrever-se, no concurso interno, funcionário com mais de dois anos de serviço público estadual.

d) O acesso é o ato pelo qual o funcionário obtém, mediante processo seletivo, elevação de uma série de classes.



e) O processo seletivo englobará quesitos como: níveis de conhecimento compatível com atividade própria do cargo a ser provido, limite de idade e formalidades e condições idênticas às estabelecidas para o concurso público.

18. De acordo com as formas de provimento e suas definições, assinale a alternativa correta.

a) Readmissão é o ato pelo qual o funcionário exonerado reingressa no serviço público, sem direito a ressarcimento de qualquer espécie e sempre por conveniência da administração.

b) Readaptação é o ato pelo qual o funcionário exonerado reingressa no serviço público, sem direito a ressarcimento de qualquer espécie e sempre por conveniência da administração.

c) Reintegração é o ato pelo qual o funcionário exonerado reingressa no serviço público, sem direito a ressarcimento de qualquer espécie e sempre por conveniência da administração.

d) Reversão é o ato pelo qual o funcionário exonerado reingressa no serviço público, sem direito a ressarcimento de qualquer espécie e sempre por conveniência da administração.

e) Acesso é o ato pelo qual o funcionário exonerado reingressa no serviço público, sem direito a ressarcimento de qualquer espécie e sempre por conveniência da administração.

19. Complete as lacunas da sentença a seguir.

19.1 A readmissão dependerá da existência de vaga e far-se-á _____(a)_____ pelo funcionário _____(b)_____, se transformado, no cargo resultante da transformação.

20. Explique o conceito relacionado à readmissão.

21. Julgue a assertiva a seguir em certo ou errado.

Readaptação é o ato pelo qual o demitido reingressa no serviço público, em decorrência de decisão administrativa ou judicial transitada em julgado, com o ressarcimento de todos os direitos e vantagens, bem como dos prejuízos resultantes da demissão.

22. Analise as sentenças a seguir e assinale a alternativa correta.



I- Deferido o pedido por decisão administrativa ou transitada em julgado a sentença, será expedido o ato de reintegração.

II- Se o cargo houver sido transformado, a reintegração dar-se-á no cargo resultante da transformação.

III- Se extinto o cargo antes ocupado, a reintegração ocorrerá no cargo imediatamente acima, respeitada a habilitação profissional.

a) Apenas a sentença I está correta.

b) Apenas a sentença II está correta.

c) Apenas a sentença III está correta.

d) As sentenças I e II estão corretas.

e) As sentenças I e III estão corretas.

23. Aponte em qual sentença abaixo está errada e justifique.

a) Reversão é o ato pelo qual o aposentado reingressa no serviço público, a pedido ou “ex-offício”.

b) A reversão a pedido ocorrerá quando insubsistentes as razões que determinaram a aposentadoria por invalidez.

c) A reversão somente poderá se efetivar quando, em inspeção médica ficar comprovada a capacidade para o exercício do cargo.

d) Será tornada sem efeito a reversão “ex-offício” e cassada a aposentadoria do funcionário que não tomar posse ou não entrar no exercício dentro de prazo legal.



Gabarito



1. LETRA B
2. LETRA D
4. LETRA E
5. LETRA E
6. LETRA A
7. LETRA C
8. LETRA B
9. ERRADO
12. LETRA D
13. LETRA E
15. CERTO
17. LETRA D
18. LETRA A
21. ERRADO
22. LETRA D
23. LETRA B

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Lei Estadual nº 869/1952.



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.